

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE ENFERMAGEM

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS

**EVASÃO ESCOLAR – UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA DE SUAS POSSÍVEIS
CAUSAS: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO FORMADOR DE PESSOAL PARA
ÁREA DA SAÚDE – CEFOR – SÃO PAULO**

RICARDO CHAVES DE CARVALHO

**SÃO PAULO
2013**

RICARDO CHAVES DE CARVALHO

**EVASÃO ESCOLAR – UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA DE SUAS POSSÍVEIS
CAUSAS: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO FORMADOR DE PESSOAL PARA
ÁREA DA SAÚDE – CEFOR – SÃO PAULO**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE – realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Aparecida Spagnol

SÃO PAULO
2013

Ficha de identificação da obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Carvalho, Ricardo Chaves de

Evasão escolar – uma proposta investigativa de suas possíveis causas: um estudo de caso no Centro Formador de Pessoal para Área da Saúde – CEFOR – São Paulo [manuscrito] / Ricardo Chaves de Carvalho. - 2013.

34 f.

Orientadora: Carla Aparecida Spagnol

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo São Paulo-SP, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3. Educação em Saúde. 4. Educação em Saúde Pública. 5. Escolas para Profissionais de Saúde. 6. Evasão Escolar. I. Spagnol, Carla Aparecida. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

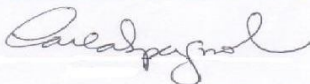
Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Ricardo Chaves de Carvalho

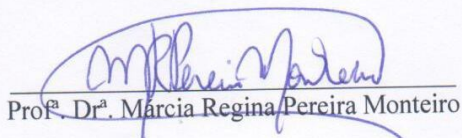
**EVASÃO ESCOLAR – UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA DE SUAS
POSSÍVEIS CAUSAS: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO FORMADOR DE
PESSOAL PARA ÁREA DA SAÚDE – CEFOR – SÃO PAULO**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Vila
Mariana/SP

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Carla Aparecida Spagnol (Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Marcia Regina Pereira Monteiro

Data de aprovação: 16 de setembro de 2013

São Paulo - SP
2013

DEDICATÓRIA

“Não aprendi a me render, que caia o inimigo então ...”

Renato Russo

Este trabalho marca mais um passo em minha vida, ele foi caracterizado, graças a Deus, muito mais por vitórias do que por derrotas, mais por aprendizados do que por passos perdidos. Sinto-me feliz em estar aqui hoje, certo de que o caminho que se estende no horizonte é cheio de perspectivas, boas oportunidades e novos desafios.

Dedico a todos aqueles, que direta ou indiretamente, me ajudaram, me ensinaram e me mostraram o significado de ser bom, justo, de tentar ser melhor a cada dia, a me esforçar cada vez mais, de querer crescer, amar, evoluir, aprender e viver.

Dedico especialmente a minha família, que tiveram que se privar em muitos momentos do meu convívio, para que este conhecimento fosse construído e produzido.

Aos meus amigos, que incansavelmente me incentivaram a não desistir, que compreenderam as dificuldades e ausência do convívio social. O resultado final está aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por estar aqui hoje, por tudo o que consegui, por tudo que me ajudou, por tudo que me protege e ilumina.

Meus agradecimentos ao Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde- SGTES - a Universidade Federal de Minas Gerais e seu corpo técnico, administrativo e docentes que direta ou indiretamente contribuíram para que este curso acontecesse, em especial à Profa. Dra. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo, tutora da turma, aos tutores presenciais: Profs. Neil José Sorge Boaretti e Irene Cortina.

A Equipe da Coordenadoria de Recursos Humanos em especial aos colegas do Grupo de Seleção e Desenvolvimento em Recursos Humanos, na figura de sua Diretora Otilia Simões Janeiro.

A toda Equipe do Centro Formador de Recursos Humanos para a Área da Saúde, em especial a Vera Cristina Cardoso Dalam e Francisco Jones Paiva, que com carinho nos recebiam nos encontros presenciais.

Aos colegas do Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS, Luci Emi Guibu, Carolina Rosa Barros Feitosa e todos os Diretores das ETSUS do Estado de São Paulo.

Aos colegas da ETSUS-SP, em especial Rosane Benedita Conceição, Angélica Pereira do Rio, Felipe Valentim Bonifácio, Rita de Cássia Cardoso Pina, aos Coordenadores e Docentes por toda a paciência, compreensão e apoio nos momentos mais estressantes.

As amigas/irmãs: Renata Bitar Ramos, Flávia Loporchio amor incondicional.

Aos colegas de curso e parceiros de todas as horas: Linconl Santana Freire, Elizabeth Maria Conceição, Miriam Andrade, que além de dividirem o espaço do curso, estão presentes comigo nas conduções dos processos e gestão escolar, que sem a compreensão, paciência e entendimento, os nossos trabalhos não se concluiriam; Miriam Stefanini, Caroline Midori, Cristina Rossi e em especial ao Antonio Carlos Paes Machado- Fofó - com quem aprendi e reaprendi muito, talvez este seja o sentido do resignificar, compartilhar desta experiência com você me fez repensar muitas coisas sobre as relações inter e intrapessoais, gestão e condução de processos. Como sempre digo, as relações se dão nas diferenças.

Ao meu eterno amigo, professor, mestre, orientador, Neil Jose Sorge Boaretti, por toda a dedicação, atenção, auxílio e orientações não só para com este trabalho, mas com as atividades do CEGEPE, dando-me a oportunidade de chegar onde às vezes não acreditava ser possível chegar.

E, por último, porém não menos importante, à minha orientadora Profa. Dra. Carla Aparecida Spagnol, por compartilhar comigo desta experiência.

“Aqui estão os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os encrenqueiros. Os que fogem ao padrão. Aqueles que veem as coisas de um jeito diferente. Eles não se adaptam as regras, nem respeitam o *status quo*. Você pode citá-los ou achá-los desagradáveis, glorificá-los ou desprezá-los. Mas a única coisa que não pode fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Eles empurram adiante a raça humana. E enquanto alguns os vêem como loucos, nós os vemos como gênios. Porque as pessoas que são loucas o bastante para pensarem que podem mudar o mundo, são as únicas que realmente podem fazê-los.”

Jack Kerouac

RESUMO

O Centro Formador de Pessoal para Saúde - CEFOR/São Paulo- é uma instituição de Educação Profissional de Nível Básico e Técnico, cujo a Mantenedora é a Secretaria de Estado da Saúde, atuando no segmento chamado de educação profissional e permanente, com regulamentação e autorização do Egrégio Conselho Estadual de Educação, o que facilita a adoção dos princípios e diretrizes do SUS como norteadores da sua prática formativa. A principal especificidade dessa instituição é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, o currículo é adequado ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos. O Governo do Estado de São Paulo instituiu o Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde-TECSAUDE, onde o CEFOR/SP, ofertou 684 vagas em seu curso de Habilitação Profissional de Técnico de Nível Médio - Técnico de Enfermagem. Foram matriculados 622 alunos (91,0%), dos quais 413 alunos (66,5%) concluíram o curso, e 03 reprovaram (0,5%). Os índices de evasão (33,0%) superam, em muito, os índices apontados pelo Censo Escolar, realizado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP - do Ministério da Educação, ano base 2010, onde aponta que houve um percentual de 10,3% de evasão no ensino médio. O objetivo para este trabalho é identificar, as possíveis causas da evasão dos alunos nos cursos de formação executados pelo CEFOR/SP, por meio de uma proposta investigativa exploratória.

Palavras-chaves: Educação Profissional; Formação para o SUS; Evasão Escolar.

ABSTRACT

The Centro Formador de Pessoal para Saúde - CEFOR / São Paulo - is an institution of Professional Education and Basic Technical whose Maintainer is the State Department of Health, acting on the segment called professional education and permanent, with regulation and authorization the Honorable State Board of Education, which facilitates the adoption of the principles and guidelines of SUS as guiding their training practice. The main specificity of this institution is the ability to decentralize curriculum, maintaining centralized administrative processes. The CEFOR uses health facilities as learning spaces and qualify professionals pedagogically superior level of service to act as teachers. In addition, the curriculum is appropriate to the regional context and have the pedagogical model integrating teaching and service, with its conception based on the relationship between Labour, Science and Culture, and the work and research and educational principles. The Government of the State of São Paulo, established the Training Program Level Professionals Technical Area Health - TECSAUDE - where CEFOR / SP, offered 684 vacancies in its course Enabling Professional Technician Middle Level - Practical Nursing. 622 students were enrolled (91.0%), of which 413 students (66.5%) concluded the course, and disallowed 03 (0.5%). The evasion rates (33.0%) exceeds, so much, the indices appointed by the School Census, conducted and published by the National Institute for Educational Research-INEP - the Ministry of Education, base year 2010, which indicates that there was a percentage of 10.3% dropout in high school. The aim of this work is to identify the possible causes of evasion of students in training courses run by CEFOR / SP, through a proposal exploratory investigative.

Keywords: Professional Education, Training SUS; School Evasion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVOS.....	13
JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA	14
REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
Breve Histórico da Educação Profissional no Estado de São Paulo	16
Centros Formadores	21
O Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de SP.....	22
O Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde no Estado de São Paulo.....	23
METODOLOGIA.....	28
CRONOGRAMA	30
ORÇAMENTO.....	31
CONSIDERAÇÕES PARA SE ELABORAR UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	32
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Pensar nas causas da evasão escolar é uma forma de atenuar a sua incidência nos cursos oferecidos pela Escola Técnica do SUS- ETSUS - também conhecida e denominada como Centro Formador de Pessoal para a Saúde - CEFOR - que tem como foco a formação dos trabalhadores que já se encontram em exercício nos serviços públicos de saúde.

Sabe-se que o problema da evasão escolar tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional e as suas consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico. Como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada para os dias atuais, bem como a replicação das formas como aprenderam.

Buscar entender este problema fará com que se tenha um melhor diagnóstico da situação, que é um dos nós críticos nos cursos de formação. Os fatores acima mencionados propiciarão uma melhor adequação das causas para que possam ser investigadas e que no futuro possamos adequar às propostas.

Trata-se de um tema que oferece uma gama de razões em que todas elas podem ser objeto de estudo, pois implica desde investigar as condições de vida da população até as falhas existentes no sistema educacional, passando por uma revisão de condutas ou dos conteúdos pedagógicos existentes que podem se tornar pouco atrativos para o conjunto de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este trabalho busca fundamentar instrumentos que contribuam para a elaboração de uma proposta investigativa que busque identificar as possíveis causas da evasão escolar dos alunos que participaram do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Área da Saúde no Estado de São Paulo- TECSAUDE.

OBJETIVO

O objetivo para este trabalho é identificar, as possíveis causas da evasão dos alunos nos cursos de formação executados pelo CEFOR/SP, por meio de uma proposta investigativa exploratória.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A Evasão Escolar está dentro dos temas que mais historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da Educação e que até os dias atuais, ocupa espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular (Queiroz, 2004).

O Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto 53.848/2008, instituiu o Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde-TECSAUDE, onde o CEFOR/SP, ofertou 684 vagas em seu curso de Habilitação Profissional de Técnico de Nível Médio- Técnico de Enfermagem. Foram matriculados 622 alunos (91,0%), dos quais 413 alunos (66,5%) concluíram o curso, e 03 reprovaram (0,5%).

Os índices de evasão (33,0%) superam, em muito, os índices apontados pelo Censo Escolar, realizado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP - do Ministério da Educação, ano base 2010, onde aponta que houve um percentual de 10,3% de evasão no ensino médio.

A presente pesquisa com a elaboração de uma proposta investigativa destas causas justifica-se por estas questões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Queiroz (2004), a evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e infelizmente, ainda nos dias atuais aguarda alternativas de solução em âmbito nacional.

Azevedo (2006) afirma que o problema da evasão escolar tem imputado grande prejuízo à nação como atrasos no desenvolvimento econômico, social e histórico, sendo que a escola tem sido neutra na busca da melhoria educacional, contribuindo mais para a exclusão do que para a progressão do aluno, trazendo para os municípios brasileiros sérios problemas, como a miséria e o analfabetismo.

Queiroz (2004) ressalta que vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema escolar.

Queiroz tomando por base a análise que Freitag (1980) realiza sobre a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, considera que os dados revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (estado e país). Diante dos fatos, inúmeras medidas governamentais tem sido adotadas para erradicar a evasão escolar, mas que não tem sido suficientes.

Ressaltando ainda que a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro.

Dados do Censo Escolar de 2010, realizado pelo Ministério da Educação apontam que a evasão escolar no ensino médio foi de 10,3%, não são especificados dados sobre o abandono nos cursos técnicos, mas segundo escolas e profissionais consultados pelo Jornal Gazeta do Povo do Estado do Paraná (05/2/2013), as taxas são preocupantes. Apontando ainda que na Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR a evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio passou de 13,66% em 2010 para 16,18% em 2012.

De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir dos fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores intra-escolares são apontados a própria escola, a linguagem e o professor.

Fukui *apud* Brandão et al (1983) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que o fenômeno da evasão e repetência estão longe de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce a ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.

Neste sentido para Queiroz (2004) discutir a questão do fracasso escolar é muito mais que apontar um ou outro responsável. Como bem lembra Charlot (2000), a problemática remete a debates que tratam sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes sobre o serviço público, sobre a igualdade das “chances”, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a “crise”, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

Ainda Charlot (2000) considera que não existe o fracasso escolar, ou seja, não existe o objeto do fracasso escolar, mas sim, alunos em situação de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam, que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim histórias escolares não bem sucedidas e são essas situações e essas histórias denominadas, pelos educadores e pela mídia, sobre o fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas e não algum objeto misterioso ou algum vírus resistente chamado fracasso escolar.

Breve Histórico da Educação Profissional no Estado de São Paulo¹

O SUS é uma das diretrizes políticas da Constituição Federal de 1988 que destaca a transformação e reordenamento dos serviços e ações, promoção e recuperação do sistema de saúde brasileiro sob a responsabilidade das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Formado por uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada, com efetiva participação popular, visando o controle social, o SUS redimensionou a visibilidade do trabalho e do trabalhador da saúde no Brasil, tem como diretrizes os conceitos de universalidade, equidade e integralidade, e como princípios organizativos a regionalização e hierarquização, resolubilidade, descentralização e participação popular.

A rede de serviços, organizada de forma hierarquizada e regionalizada, permite um conhecimento maior dos problemas de saúde da população de áreas delimitadas, favorecendo ações de vigilância epidemiológica, sanitária, controle de vetores, educação em saúde, além das ações de atenção ambulatorial e hospitalar em todos os níveis de complexidade.

¹ Este texto foi extraído do Documento: Projeto Político Pedagógico, em fase de elaboração pelo Colegiado das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo.

Para atender ao artigo 200 da Constituição de 1988, que define como uma de suas competências “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde”, o Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS nº 198 de 13/02/2004 instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde- PNEPS, como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Esta Portaria foi modificada posteriormente pela Portaria GM/MS nº 1.996 de 20/08/2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da PNEPS, considerando o artigo 14 da lei 8080 de 19/09/1990, que trata da criação e funções das Comissões Permanentes de Integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino, que devem considerar as especificidades regionais, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde, visando à superação das desigualdades regionais. Em suma, promovendo equidade também na Gestão da Educação em Saúde, sendo que a condução regional da PNEPS dar-se-á por meio dos Colegiados de Gestão Regionais - CGR, com a participação das Comissões Permanente de Integração Ensino-Serviço- CIES.

Os processos de formação de pessoal para o trabalho no âmbito dos serviços e ações de saúde devem estar fundamentados e organizados de acordo com as propostas do SUS. Para o seu funcionamento é imperioso que haja uma transformação na base de todo o processo, qual seja a formação/qualificação do servidor público, caso contrário, as mudanças propostas pelas Diretrizes do SUS permanecerão abstratas, inteligíveis e inoperantes. Não é incorreto afirmar que as Diretrizes do SUS implicam na revisão sistemática das ferramentas utilizadas por gestores públicos, em específico, os que atuam na esfera da educação em saúde.

A formação e qualificação de pessoal de nível médio para a Área da Saúde no Estado de São Paulo eram realizadas através de cursos regulares e supletivos, nas redes de ensino público e privado.

A inserção desse tema na pauta e nas atividades da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo-SES-SP, como política de Estado, deu-se a partir de 1985, com a primeira capacitação pedagógica para instrutores/supervisores, em um trabalho desenvolvido com a cooperação técnica do Ministério da Saúde, Educação e Organização Panamericana de Saúde. O resultado desse esforço foi à construção de uma área de investimento em Recursos Humanos - a formação de nível médio em saúde, com a implantação do Projeto Larga Escala.

O Projeto Larga-Escala foi reconhecido como o principal elemento da estratégia de formação de pessoal de nível médio no âmbito da SES-SP, sendo instituída, junto ao Gabinete do Secretário, ao final de 1986, uma equipe de Coordenação do Projeto e proporcionou uma nova visão sobre Educação Profissional para o setor saúde.

Em 1987, a SES-SP encaminha para o Conselho Estadual de Educação- CEE, a solicitação de autorização para o funcionamento do Projeto Larga Escala, como uma experiência pedagógica a ser desenvolvida nos Centros Formadores de Recursos Humanos, abertos, flexíveis, com execução que funcionariam junto às Escolas de Auxiliar de Enfermagem de Franco da Rocha, de Assis e de Pariquera-Açu, obtendo a primeira autorização para o funcionamento do projeto através do Parecer CEE n.º 1297/87, que foi aprovado em caráter de experiência pedagógica para a Habilitação Parcial do Visitador Sanitário e Habilitação Plena em Higiene Dental.

No ano de 1987, o Superintendente Regional do, então, Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) de São Paulo, também encaminhou solicitação de autorização ao CEE para a instalação do Centro de Pessoal para a Saúde junto à Escola de Enfermagem do INAMPS (que mais tarde se tornaria o CEFOR São Paulo).

O modelo do Projeto Larga Escala definido para o funcionamento descentralizado das turmas do Projeto, vinculadas aos Centros Formadores, foi uma forma alternativa de desenvolver uma proposta pedagógica cuja estrutura correspondesse às necessidades dos serviços e demandas da saúde.

Em 1988, desencadeou uma segunda alternativa para a formação de profissionais de nível médio, o Projeto Classe Descentralizada, que foi concebido e implantado por uma equipe designada pelo Secretário Estadual de Saúde de São Paulo. Este projeto ofertou cursos de qualificação profissional de auxiliar de enfermagem, técnico em patologia clínica, citologia e histologia em municípios onde a SES-SP não dispunha de Centros Formadores próprios, vinculando as classes inicialmente ao Centro de Formação do INAMPS e posteriormente expandindo para os Centros Formadores da SES-SP. Diferentemente do Projeto Larga Escala, não se colocava como uma experiência pedagógica, na medida em que não se propunha a desenvolver nenhuma metodologia de ensino inovadora. Não oferecia especificamente e propositalmente aos alunos, condições para experiências de aprendizagem que as classes comuns não oferecessem. O que ele inova é na organização escolar flexível.

Em termos de organização local do Projeto, as Classes Descentralizadas foram organizadas, implantadas a partir das necessidades de pessoal qualificado sentidas pelos, então denominados, Escritórios Regionais de Saúde do Estado- ERSA.

O desenvolvimento desses dois projetos, através de estruturas autorizadas pelo sistema educacional, proporcionou a formação de milhares de profissionais, em diferentes habilitações requeridas pelo Sistema de Saúde do Estado.

A Educação Profissional no Estado de São Paulo foi retomada mais intensamente em 2001, por iniciativa do Ministério da Saúde, quando o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Enfermagem - PROFABE, no desenvolver do seu Componente II, dirigia esforços para a modernização gerencial e o fortalecimento das 26 Escolas Técnicas em Saúde já existentes na época e para a criação de novas Escolas.

O PROFABE tinha como objetivo profissionalizar trabalhadores como auxiliar de enfermagem; promover a escolarização de trabalhadores que não haviam concluído o ensino fundamental; oferecer a complementação de estudos para auxiliares de enfermagem para habilitá-los como técnicos em enfermagem. Na ocasião a SES já contava com os seis Centros Formadores, que participaram do Projeto.

Em 2009, a SES através dos 06 CEFOR iniciou a execução do Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde no Estado de São Paulo-TECSAÚDE, em parceria com as Secretarias de Gestão Pública, Educação e Desenvolvimento.

O TECSAÚDE foi criado pelo Decreto nº. 53.848 de 19/12/2008 com o objetivo de ampliar a escolaridade da população através da formação de profissionais de nível técnico com habilitações para o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. O Programa ofereceu além da Habilitação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem, Curso de Especialização Profissional de Nível Técnico Em Enfermagem nas áreas de: em Urgência e Emergência, Oncologia, Terapia Renal Substitutiva e Neonatologia de Risco.

Os Centros Formadores/Escolas Técnicas da SES-SP também participam, desde 2009, do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde- PROFAPS que tem por objetivo qualificar e/ou habilitar trabalhadores em cursos de Educação Profissional para o setor saúde, já inseridos ou a serem inseridos no SUS e realizam também a qualificação do Agente Comunitário de Saúde- Etapa Formativa I para as Secretarias Municipais de Saúde-SMS, em todo Estado, bem como a Educação Permanente para o Controle Social no SUS/SP.

A SES/SP, com o objetivo de adequação às exigências de seu novo papel no SUS desencadeou um processo de reestruturação de sua organização, evidenciando novas necessidades de qualificação de pessoal. Com o Decreto nº 51.433 de 28/12/2006, “cria unidade na Coordenadoria de Regiões de Saúde, da Secretaria da Saúde, altera a denominação e dispõe sobre a reorganização das Direções Regionais de Saúde e dá providências correlatas”- altera de Diretoria Regional de Saúde (DIR) para Departamento Regional de Saúde (DRS) e cria na sua estrutura, o Centro de Desenvolvimento e Qualificação para o SUS- CDQSUS. Com a publicação do Decreto nº 51.767 de 19/04/2007 que “dispõe sobre a transferência que específica, reorganiza a Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde- cria em sua estrutura o Grupo de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos, e dentre outros, incorporado neste grupo o Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS com o Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas de Saúde - NAETSUS; o de Comunicação e Multimeios e o de Apoio Operacional.

O NAETSUS é responsável pelo planejamento, organização, coordenação, acompanhamento, supervisão, monitoramento e avaliação de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Permanente.

O Grupo de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo no que concerne a educação em saúde intensificaram e diversificaram as atividades relativas ao campo de preparação de pessoal, tanto em termos de conteúdos formativos, quanto de estratégias e metodologias empregadas no processo pedagógico.

Responsáveis pela formação técnica de nível médio, as Escolas Técnicas do SUS, os CEFOR, cumprem um importante papel, tendo como seu público alvo, todos os funcionários da rede pública que necessitem de formação/qualificação profissional. Têm vínculo com o Sistema Estadual de Educação e, portanto, os certificados de conclusão dos cursos nas diversas áreas, possuem validade nacional. Faz parte de suas atribuições desenvolverem diferentes estratégias de capacitação/qualificação profissional dos trabalhadores da saúde, para atender às demandas municipais, estaduais e nacionais, identificadas por estes gestores, através de projetos específicos.

Os CEFOR são Instituições de Educação Profissional de nível básico e técnico, de acordo com os artigos 39 e 40 da Lei Complementar nº. 791/95, cuja Mantenedora é a Secretaria de Estado da Saúde, situada a Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 – São Paulo, CNPJ 46.374.500/0001-94, cuja organização administrativa, didática e disciplinar é

regulada pelo Regimento Escolar Único dos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde, aprovado pelo Parecer CEE nº. 187/99, em 05/05/99 e publicado no D.O.E. nº 85, Seção I, de 07/05/99, página 7 e Alteração Regimental aprovada pelo Parecer CEE 414/2000, de 13/12/2000 publicada no D.O.E. a 16/12/2000. São constituídos das classes da sede e/ou instaladas de forma descentralizada, na sua área de abrangência, conforme Parecer CEE nº 229/2000 de 14/06/2000, publicado no D.O.E. de 16/06/2000 renovado pelo Parecer nº 332/2011 de 21/09/2011 publicado no D.O.E de 22/09/2011 que autoriza a Secretaria de Estado da Saúde, através de seus Centros Formadores, a oferecer Cursos Profissionalizantes em suas Classes Descentralizadas.

Estas escolas fazem parte da Rede de Escolas Técnicas de Saúde do SUS, a RETSUS, criada pelo Ministério da Saúde pela Portaria nº 1.298 de 28 de novembro de 2000, para facilitar a articulação entre as 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS, que existem em todos os Estados do Brasil (Brasil, 2008).

Os CEFOR atuam no segmento chamado de educação profissional e são vinculados à Gestão da Saúde, com regulamentação e autorização do Egrégio Conselho Estadual de Educação, o que facilita a adoção dos princípios e diretrizes do SUS como norteadores da sua prática formativa.

A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, o currículo é adequado ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

Centros Formadores

O Estado de São Paulo situa-se na região sudeste do país. Sua divisão territorial jurídico-administrativa é de 654 municípios, 17 Diretorias Regionais de Saúde (DRS) e 63 Colegiados de Gestão Regional (CGR). A população do Estado concentra-se nas regiões metropolitanas da Grande São Paulo, Campinas, Baixada Santista e nas regiões do Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, por raízes históricas, coincidindo com os caminhos do desenvolvimento econômico ligado à cultura do café e a industrialização. Para atender as necessidades de formação dos trabalhadores do SUS, os Centros Formadores se dividem por áreas de abrangência.

Dentre os seis Centros Formadores/Escolas Técnicas do SUS: Franco da Rocha e Pariquera-Açu estão vinculados a Hospitais Regionais (ex-escolas de auxiliar de enfermagem), estando o primeiro administrativamente vinculado à Coordenadoria de Serviços de Saúde e o outro à Coordenadoria de Gestão de Contratos; Os CEFOR de Assis e Osasco estão vinculadas aos Departamentos Regionais de Saúde, portanto à Coordenadoria de Regiões de Saúde; o CEFOR de São Paulo, assim como a de Araraquara, estão vinculados à Coordenadoria de Recursos Humanos. Contudo, apesar das diferentes inserções administrativas, os seis CEFOR estão vinculados tecnicamente ao NAETSUS do Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS.

O Centro Formador de Pessoal Para a Área da Saúde de São Paulo

A Escola de Auxiliar de Enfermagem/Legião Brasileira de Assistência- LBA, foi criada em março de 1958. Em 1970 suas atividades foram interrompidas e só a partir de 1977, através do Parecer CEE/SP nº 511/78, os trabalhos foram reiniciados com a aprovação do novo Regimento Escolar e Plano de Curso.

A Portaria da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) nº 137/78 autorizou o funcionamento de Cursos Supletivo de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem e o reconhecimento da Escola através da Portaria CENP nº 29/81.

Com a extinção da Legião Brasileira de Assistência, a Escola de Auxiliar de Enfermagem/LBA foi transferida para a mantenedora o INAMPS do Ministério da Saúde-MS, e passou a ser denominada Escola de Auxiliar de Enfermagem- INAMPS, e em 1987 passou a ter nova denominação Centro Formador de Pessoal de Nível Médio para a Área da Saúde- CEFAS/INAMPS.

Em 1987, também foi firmado um convênio entre o INAMPS e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para o desenvolvimento do Projeto das Classes Descentralizadas, a fim de atender as necessidades de formação dos atendentes de enfermagem dos serviços de saúde, decorrente da exigência da Lei 7.498/86, do Conselho Federal de Enfermagem, que regulamenta o Exercício Profissional.

Com o Parecer CEE/SP nº 427/89, o Conselho Estadual de Educação autoriza a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo a instalar Classes Descentralizadas nos municípios do Estado de São Paulo.

O Parecer CEE/SP n.º 121/95, autorizou os Planos de Curso de Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem e Técnico em Patologia Clínica para o CEFAS.

Com a extinção do INAMPS, a mantenedora do CEFAS passa a ser a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, através da Resolução SES/SP n.º 386/94.

Em 1999, a SES/SP em parceria com o Sindicado dos Trabalhadores Públicos da Saúde no estado de São Paulo- SINDSAÚDE, desenvolveu 04 turmas do Curso de Atendente de Consultório Dentário- ACD.

A fim de atender as exigências do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem- PROFABE, foram realizadas adequações no Regimento Escolar, aprovado pelo CEE/SP através do Parecer n.º 414/2000, garantindo a complementação do Ensino Fundamental, através da Educação de Jovens e Adultos – EJA – aos alunos do curso de Auxiliar de Enfermagem.

O CEFOR/SP atende as regiões: Grande São Paulo (11 municípios) e ABC Paulista (7 municípios) ambos pertencentes ao DRS I; Baixada Santista (9 municípios) pertencente ao DRS IV e Região do Vale do Paraíba (39 municípios) pertencente ao DRS XVII, totalizando 7 CGRs e 66 municípios, com necessidades impares devido ao fator demográfico, alto índice populacional e outras particularidades, o CEFOR/SP procura atender as demandas de formação de maneira diferenciada, buscando preparar profissionais de saúde com um novo perfil, partilhando ações preventivas e assistenciais com qualidade e atendimento humanizado. Ao longo de todos esses anos participaram dos projetos estaduais e federais comprometido com a proposta de formar os trabalhadores da área da saúde com competência, habilidades, noções de cidadania e espírito crítico.

O Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde no Estado de São Paulo ²

O Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde no Estado de São Paulo- TECSAÚDE foi criado pelo Decreto n.º. 53.848 de 19/12/2008 com o objetivo de ampliar a escolaridade da população através da formação de profissionais de nível técnico com habilitações para o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Ficou instituída por este decreto a execução do Programa, por convênio entre o Centro Estadual de Educação

² Texto extraído do Relatório Final da Execução do Projeto: 2009 – 2012. Elaborado pelo Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS.

Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, e pela Fundação de Desenvolvimento Administrativo, vinculada à Secretaria de Gestão Pública (SGP).

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Saúde em colaboração para implementação do programa firmou convênio com a FUNDAP/SGP e implantou o Programa TECSAÚDE em 2009, através dos seus 06 Centros Formadores de Pessoal para a Saúde - CEFOR de Araraquara, Assis, Franco da Rocha, Osasco, Pariquera-Açu e São Paulo. Os CEFOR da Secretaria de Estado da Saúde têm como principal atribuição atender as demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde (SES e municípios) acompanhando o processo de municipalização do SUS no Brasil.

A especificidade fundamental dos nossos Centros Formadores é a capacidade de descentralizar a execução dos cursos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam além das sedes, as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, adequam o currículo ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

No Convênio da SES com a FUNDAP foram estabelecidas as seguintes metas para o Programa TECSAÚDE:

- Habilitar 2.700 Auxiliares de Enfermagem, organizadas em 90 turmas do módulo final do curso Técnico de Enfermagem, visando a complementação de formação do Auxiliar de Enfermagem (carga horária de 690 horas/duração de 10 meses).
- Matricular no Curso de Especialização em Docência em Saúde a ser oferecido pela FUNDAP/ENSP, 100% dos docentes e coordenadores que não possuam a titulação obrigatória para o exercício destas funções.

A execução das turmas do módulo final do curso Técnico de Enfermagem iniciou em abril de 2009, com recursos próprios da SES-SP, sendo que formalmente o Convênio entre SES e FUNDAP foi firmado em agosto de 2009.

As turmas foram organizadas a partir do cadastro fornecido pela FUNDAP, considerando as opções de região feitas pelos auxiliares de enfermagem no momento da sua inscrição no programa.

A abertura das turmas foi condicionada às possibilidades operacionais, a saber:

- montagem de turmas com o número aproximado de 25 a 36 alunos. Ressalta-se que nas regiões mais carentes do Estado e com maior restrição em oferta de cursos foi flexibilizado o número mínimo de alunos, com vistas a possibilitar o acesso da comunidade à habilitação;
- disponibilidade de profissionais para o trabalho docente e de supervisão pedagógica nas diversas regiões do Estado;
- definição da localização do funcionamento das turmas mediante a pactuação com gestores municipais, estaduais e parceiros, de acordo com as exigências estruturais definidas na legislação de ensino vigente;
- disponibilidade das unidades de saúde, ambulatórios e hospitais locais, em oferecer campo para os estágios supervisionados obrigatórios.

Estes fatores operacionais provocaram atrasos na execução do cronograma proposto e levaram a solicitação da prorrogação do convênio da Secretaria de Estado da Saúde com a FUNDAP, pelo período correspondente a 20 (vinte) meses, isto é, de março de 2011 a outubro de 2012, sendo incluídas novas metas de trabalho.

As novas metas pactuadas para o período até outubro de 2012 foram:

- Habilitar, através da oferta do Módulo Final do Curso Técnico em Enfermagem, 1.290 (um mil e duzentos e noventa) auxiliares de enfermagem organizados em 43 (quarenta e três) turmas;

- Especializar em Enfermagem de Urgência e Emergência, 620 (seiscentos e vinte) Técnicos de Enfermagem dos Hospitais próprios da SES/SP organizados em 31 (trinta e uma) turmas;
- Especializar em Enfermagem em Neonatologia, Oncologia e Terapia Renal Substitutiva, 480 (quatrocentos e oitenta) Técnicos de Enfermagem dos Hospitais próprios da SES/SP, organizados em 24 (vinte e quatro) turmas; e,
- Matricular no Curso de Especialização em Docência em Saúde, a ser oferecido pela FUNDAP, 100% dos docentes e coordenadores que não possuam a titulação obrigatória para o exercício destas funções.

Quadro 1 – Demonstrativo da execução das turmas Habilitação Profissional – CEFOR/SP – 2009 à 2012

Nome da Turma	Início	Término	Matriculados	Concluintes	Reprovados	Evasão	
						N	%
Vila Mariana-T01	25/05/2009	17/05/2010	36	15	0	21	58,3
Vila Nova Cachoeirinha T01	10/03/2010	16/12/2010	36	22	0	14	38,9
Guarulhos T01	10/03/2010	17/12/2010	30	20	0	10	33,3
Santos T01	10/03/2010	16/12/2010	36	27	0	9	25,0
Santos T02	10/03/2010	16/12/2010	36	25	0	11	30,6
Heliópolis T01	22/03/2010	21/12/2010	36	32	0	4	11,1
Vila Mariana T02	22/03/2010	21/12/2010	36	19	0	17	47,2
Itaquaquecetuba T01	22/03/2010	21/12/2010	36	26	0	10	27,8
Bertioga T01	22/03/2010	21/12/2010	36	29	0	7	19,4
Suzano T01	12/04/2010	31/01/2011	36	22	0	14	38,9
Vila Nova Cachoeirinha T02	30/04/2010	10/02/2011	36	28	0	8	22,2
Vila Mariana T03	10/02/2011	21/11/2011	23	12	0	11	47,8
Santa Marcelina-T01	17/03/2011	29/01/2012	37	19	0	18	48,6
Santa Marcelina-T02	17/03/2011	31/01/2012	35	23	3	9	25,7
Santa Marcelina-T03	28/03/2011	06/01/2012	36	23	0	13	36,1
Santa Marcelina-T04	28/03/2011	03/02/2012	36	24	0	12	33,3
Itaquaquecetuba T02	30/05/2011	30/04/2012	23	17	0	6	26,1
Ferraz de Vasconcelos T02	18/04/2011	30/04/2012	28	22	0	6	21,4
Santos T03	18/04/2011	07/02/2012	14		0	6	42,9
Total – 19			622	413	3	206	33,1

Fonte: relatório final da Execução do Programa TECSAUDE – NAETSUS 2013

METODOLOGIA

Pesquisar significa procurar respostas para indagações propostas. Minayo (1993, p. 23), por um prisma filosófico, considera a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Demo (1996, p. 34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Para Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema formulado frente a uma realidade e não se tem informações suficientes para entendê-lo ou solucioná-lo. A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p.26) para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.

Nestes termos, conforme destaca a bibliografia concernente, método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993). De acordo com GIL (2002, p. 44) “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência”.

No caso deste trabalho, optou-se por:

1. Realizar levantamento bibliográfico-documental, fundamentado na legislação do ensino;
2. Elaborar Instrumento Investigativo- questionário- para a averiguação das possíveis causas da evasão escolar;
3. Definir amostragem da pesquisa;

4. Aplicar o instrumento investigativo, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP;
5. Analisar os dados obtidos;
6. Propor e realizar ações de intervenção que visem para minimizar a evasão escolar nos cursos executados.

ORÇAMENTO

Uma vez que o presente trabalho justifica-se como de grande relevância para a otimização dos recursos investidos na execução dos cursos e das turmas e contribuirá para o fortalecimento do CEFOR-ETSUS/SP os recursos físicos, materiais e humanos serão os disponibilizados pela própria escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Revista Nova Escola (2011) é possível descrever evasão escolar através do desinteresse dos alunos, dos pais, da comunidade escolar e da comunidade em geral em relação à escola e a educação. No Brasil, as principais causas da evasão escolar, de acordo com os dados do Ministério da Educação são: o desinteresse total e a falta de incentivos, a necessidade de trabalhar juntamente com a oferta de trabalho, a dificuldade de absorção do conteúdo passado em sala de aula, conflitos com colegas e desentendimento com professores e também a repetência do ano letivo.

Como pensar este cenário dentro de uma Escola formadora que traz como objetivos o fortalecimento do SUS através do investimento na formação de seus trabalhadores, cujo perfil dos mesmos é diferenciado no sentido de já estarem inseridos no mercado de trabalho?

Das causas apontadas nos inúmeros trabalhos pesquisados, e a ausência do conhecimento que motiva os alunos do CEFOR-ETSUS/SP impossibilita qualquer intervenção, a partir do momento que estas causas tornam-se conhecidas estratégias reais de intervenção poderão ser adotadas para que desta forma haja uma redução na evasão escolar e conseqüentemente uma otimização dos recursos públicos investidos nestas formações, bem como para elaboração/construção de políticas públicas de educação.

Desta forma, espera-se que este trabalho, subsidie a elaboração de uma proposta de intervenção, através de uma pesquisa exploratória, com os alunos evadidos do curso de Habilitação Profissional Técnico em Enfermagem, executada através do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Área de Saúde no Estado de São Paulo- TECSAUDE.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisca V.M., Causas e consequências da evasão escolar no ensino de Jovens e Adultos na escola municipal “Espedito Alves” – Angicos/RN. Disponível em: http://mail.falnatal.com.br:8080/revista_nova/a4_v2/artigo_13.pdf. Acesso em 10/02/2013 às 23h15min.

BRANDÃO, Zaia et ali. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos , v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

CHARLOT, Bernard. Da Relação com o saber. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4ª Ed., São Paulo: Moraes, 1980.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Gazeta do Povo. Disponível em www.gazetadopovo.com.br, acessado em 15/02/2013 às 15h26min.

GOMES, Candido Alberto. A Educação em Perspectiva Sociológica. 3ª Ed., São Paulo: EPU, 1994.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia Científica. 26ª Ed., São Paulo: Atlas, 1991.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 10ª Ed., Petropolis, RJ: Vozes, 1994.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. Disponível www.aned.org.br acesso em 15/02/2013 as 15h10min.

Projeto Político Pedagógico das Escolas Técnicas do SUS do Estado de São Paulo – documento em fase de elaboração.

Relatório de Execução do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Área da Saúde no Estado de São Paulo: 2009 – 2012. Elaborado pelo Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS – SES-SP.

Revista Nova Escola, ano XXVI nº 247.